

Nesta Edição:

Edição nº 42, Fevereiro de 2016

Oficina Nacional de Graduação e Pós-Graduação da ABEPSS

O evento aconteceu nos dias 04 e 05 de Novembro de 2015 no prédio da Universidade Estadual do Rio de Janeiro na capital do estado e buscou debater os temas relacionados à formação em Serviço Social, promovendo um amplo e profícuo espaço para debates entre as Unidades de Formação Acadêmica integrantes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Antecedida por oficinas regionais e estaduais, a oficina nacional contou com professores, estudantes e profissionais de todas as regiões do país.

As conferências e mesas trouxeram à baila problemáticas enfrentadas pelos sujeitos envolvidos na defesa da formação profissional de qualidade, destacando elementos conjunturais universais e particulares que põem em marcha desafios ao Serviço Social brasileiro. Na conferência de abertura, iniciada com a fala da professora Deise Mancebo, esta destaca relevantes pontos conjunturais relativos à formação universitária. Inicia discorrendo sobre o acordo geral de comércio negociado no âmbito da Organização Mundial do Comércio, que objetiva liberalizar a oferta de serviços, incluindo os educacionais, em todos os países signatários, impedindo a adoção de medidas protetoras como barrar a entrada de empresas estrangeiras na exploração da atividade econômica. No bojo da mercantilização, o setor educacional fora o que tivera a maior valorização na Bolsa de Valores de São Paulo, com conglomerados que tiveram seu valor de mercado acrescido de até 314%. Atualmente, o setor privado mercantil corresponde por cerca de 70 % das matrículas no país, sendo que uma parte significativa é mantida por financiamentos e benefícios oriundos do fundo público.

Mas quais os impactos dessa realidade para a produção de conhecimento e a formação profissional? Mancebo adverte que o conhecimento próprio vira uma mercadoria, e mesmo no setor público, direciona-se para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos. A universidade pública é atacada por uma contrarreforma, a qual se justificaria pela distância desta das demandas do mercado e por seu alto custo de manutenção. Logo, os processos de trabalho dessas instituições promovem igualmente novas condições de sociabilidade para os intelectuais a elas vinculados, achatando as possibilidades de produção do conhecimento e formação profissional nos moldes do “carreirismo”, das metas produtivistas, da institucionalização das atividades, entre outras medidas calcadas no gerencialismo que penetra a atividade docente na universidade pública.

Ela destaca igualmente que as agências de fomento apresentam linhas de financiamento estreitamente alinhadas com as demandas de interesse dos setores econômicos hegemônicos, aquém das necessidades sociais e tendo como força motriz a lucratividade possível. Logo, no âmbito das lutas, avalia a pesquisadora, há um abandono das pautas por parte da nova geração de intelectuais que se defrontam com um cenário de conformismo, neutralização das ações e com a inviabilização das lutas radicais. Os enfrentamentos encontram-se estritamente vinculados às demandas “menores”, balizadas pelo corporativismo estrito.

Nessa seara, avalia a pesquisadora, o novo contexto da universidade e da educação no Brasil promove a emergência de um novo tipo de trabalho, respectivamente com uma nova expressão das formas alienantes. Não obstante, o giro imposto à educação é igualmente uma resposta às demandas da formação do trabalhador de nossa época. A nova composição sociotécnica do trabalho demanda um trabalhador flexível e com formação genérica, que a partir da diversidade pode adaptar-se às requisições específicas e cambiantes do mercado laboral, de acordo com o núcleo produtivo ao qual está vinculado.

Por fim, a conferencista, ao resgatar a necessidade de discussão do projeto de universidade popular, adverte que atualmente a universidade encontra-se vinculada hegemonicamente a setores conservadores e que a conquista dessa hegemonia em torno da direção das ações da universidade não será promovida dentro dela mesma, mas será reflexo das demandas populares articuladas pelos movimentos sociais. Trata-se da heteronomia que circunvizinha a universidade e suas ações. Logo, o futuro da universidade, segundo ela, depende da articulação das pautas dos movimentos sociais antissistêmicos que podem lograr a construção de uma universidade crítica e com legitimidade ante as demandas sociais.

Seguidamente, a professora Larissa Dahmer Pereira articula o contexto apresentado com informações acerca das avaliações do Serviço Social promovidas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Sobre o perfil das instituições, destaca a conferencista, fora registrado um forte crescimento das instituições com fins lucrativos no transcurso dos governos FHC, Lula e Dilma, especialmente dos conglomerados educacionais. No que se refere aos cursos, as licenciaturas apresentaram o maior crescimento registrado, seguida pelos bacharelados.

Sobre o sistema de avaliação, Larissa coloca que o discurso institucional do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), responsável pela realização das etapas que compõem a avaliação via SINAES, indicam que o novo sistema é uma evolução se comparado ao antigo “provão”. Inspirado no PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), com proposta de avaliação diferenciada e coletiva, o SINAES, assim como a proposta original da comissão do PAIUB, não se efetivou. O que se nota, então, é um retorno à perspectiva do provão e notoriamente um recrudescimento da regulação em detrimento da avaliação.

De acordo com a fala da conferencista, a regulação, por sua vez, conforme coloca a conferencista, aparece calcada nos interesses, não dos consumidores dos serviços educacionais, mas dos setores econômicos que controlam a atividade, fazendo das instâncias estatais de regulação espaços de disputa dos interesses mercantis do setor educacional. Por fim, esta apresenta interessantíssimos dados acerca dos resultados dos ENADE's incidentes nos cursos de Serviço Social, colocando a problemática das desigualdades entre as instituições e a incapacidade do instrumento avaliativo em captar aspectos da realidade, tais como o próprio boicote, tantas vezes realizado por algumas instituições.

Colocados os desafios introdutoriamente, os debates seguiram apresentando as sínteses das oficinas regionais com as demandas e propostas dos grupos. A fim de dar respostas às questões levantadas, os debates foram corporificando o relatório e o rol de medidas possíveis no diálogo com docentes, discentes e profissionais.

Logo, sinteticamente, apresentamos algumas das discussões e dos encaminhamentos sinalizados no evento.

- Os processos de formação e a incidência da mercantilização como fator de precarização e esvaziamento do conteúdo da formação, impactando diretamente no exercício profissional;
- As limitações dos processos avaliativos da formação, os quais trazem à baila as desigualdades existentes na formação, sendo necessária uma articulação no sentido de redefinir os critérios e a forma da avaliação promovida pelo SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), como, por exemplo, através do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes);
- O Estágio supervisionado obrigatório, especialmente a modalidade de realização dessa dimensão da formação em projetos de extensão universitária. Depreenderam-se as particularidades do estágio e da extensão, considerando o lugar periférico desta última no tripé da formação profissional. Igualmente fora problematizada a forma do estágio na extensão, considerando que se trata de uma estratégia envolta na problemática da substituição da força de trabalho e da precarização do trabalho. Nesse sentido, as reflexões apontam para o imperativo da efetiva caracterização de cada dimensão da formação, considerando que o estágio tem como características o envolvimento da dimensão técnico-operativa da profissão através de ações continuadas, com supervisão acadêmica e de campo de forma delineada

e definida, bem como as ações desenvolvidas se caracterizarem vinculadas à vinculação e direção social da profissão.

- A fim de motivar ampla e capilarizada discussão no que se refere ao estágio na extensão, a proposta fora de que os fóruns de supervisores sejam constitutivos orgânicos da estrutura da ABEPSS, mantendo igualmente parcerias com os CRESS, os quais tem incidência direta na problemática quando considerada a fiscalização vinculada à formação;
- Quanto à pós-graduação na área do Serviço Social, foram tematizados pontos cruciais, especialmente no que se refere à articulação entre a graduação e a pós-graduação. Levando em conta os processos de avaliação dos programas de pós-graduação e a lógica impressa pelas agências de fomento, as métricas avaliativas ganham centralidade na formação de pós-graduação em detrimento do projeto profissional do Serviço Social. Ponderou-se que a intensificação da lógica produtivista interfere diretamente na qualidade do trabalho docente e na formação discente, aligeirando os processos formativos e sobrecarregando o trabalho docente. Nesse sentido, propôs-se um levantamento do perfil docente e discente na pós-graduação, bem como, um levantamento dos conteúdos dos trabalhos de tese e dissertação a fim de reconhecer e avaliar as contribuições da pós-graduação para a área do Serviço Social;
- Na pós-graduação, igualmente são identificadas desigualdades regionais quando consideradas as avaliações dos programas da área do Serviço Social. Da mesma forma fora identificada uma expansão da oferta de vagas em programas da área, entretanto sem considerar as necessidades de recursos;
- No que trata a articulação entre graduação e pós-graduação especificamente, considerou-se que não é possível desenvolver a pós-graduação sem efetivo investimento na graduação, sendo necessária a superação das dicotomias e tensões existentes, especialmente no que tange a disputa por recursos financeiros e humanos;
- Quanto à oferta de programas de residência em Serviço Social, as considerações levaram em conta os rebatimentos do ataque às políticas sociais e sua incidência nas políticas de educação e saúde. Nesse contexto, as residências apresentam um modelo médico, carecendo muitas vezes de vinculação ao projeto de reforma sanitária tensionado na construção do SUS, numa conjuntura em que se apresentam formas regressivas no acesso ao direito em saúde.

Em síntese, a Oficina Nacional apresentou um quadro ofensivo no que se refere aos direitos sociais e uma forte inferência sobre as políticas sociais públicas, as quais incidem diretamente sobre as condições históricas de realização do trabalho e da formação profissional do Serviço Social. Desde a lupa da formação, os desafios se apresentam interconectados, impactando no conjunto de expressões objetivas que caracterizam a profissão. Os desafios colocados por uma conjuntura regressiva e reacionária, diametralmente oposta à direção social historicamente construída no coletivo da categoria das/os Assistentes Social, demandam estratégias coletivas de enfrentamento, bem como o aperfeiçoamento constante da dimensão investigativa e de pesquisa, a qual é capaz de elucidar processos sociais e iluminar as ações a serem empreendidas no sentido da defesa dos direitos da classe trabalhadora e suas múltiplas determinações.

Samuel Salézio dos Santos

Assistente Social

Conselheiro do CRESS 12ª Região

Expediente: Este boletim é uma publicação do CRESS 12ª Região - Gestão 2014-2017.
Comissão de Comunicação: Rosana M. Prazeres (CRESS nº 2840), Natalli P. Silva (CRESS nº 4449), Samantha Roloff (CRESS nº 4953), Coria H. Vieira (CRESS nº 5268), Fabiana L. Negri (CRESS nº 2076). Colaboradoras: Magali R. Franz (CRESS nº 1168) e Juçara R. Silva (CRESS nº 3949).
Assessor de Comunicação: Cassiano Ferraz - JP3481SC (comunicacao@cress-sc.org.br)

CRESS – 12ª REGIÃO Rua dos Ilheús, 38 - Ed. Aplub - Sl. 1005
10ª andar - Centro - Florianópolis/SC Cep: 88010-560
Telefone (48) 3224-6135 E-mail cress@cress-sc.org.br
Horário de Atendimento: Seg/Sex das 09h às 18h.